3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
ATER
NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA REFORMA AGRÁRIA
CONFERÊNCIA TEMÁTICA
Reforma Agrária
29 de setembro de 2021
8h30 às 17h
Plataforma Virtual - Google Meet
CET
COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA
CEDRS
BAHIATER
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

CONSOLIDANDO O SISTEMA ESTADUAL DE ATER **PROPOSTAS PARA REFORMA AGRÁRIA**	
EIXO 1	**Sistema Estadual de ATER – Fortalecimento das Institucionalidades, Financiamento e Monitoramento dos Serviços Prestados**

1. Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações territoriais e locais, e intensificar o acesso as politicas públicas com menos burocracia e a reativação de projetos esquecidos, em especial aos voltados aos assentados pelo PNRA.

2. Maior financiamento e fortalecimento da fiscalização dos projetos de assistência disponibilizada para que os recursos possam ser utilizados de forma objetiva, buscando incluir os agricultores familiares dos assentamentos.

3. Editais de ATER com ações previstas e integradas relacionadas como CEFIR, Vendas Institucionais, Regularização Fundiária, Emissão de Títulos de Propriedade, Inovações Tecnológicas, dentre outras.

4. Implantar Educação contextualizada para os povos do campo, quilombolas, indígenas, agricultura familiar e assentamentos.

5. Ações que garantam ATER específica para reforma agrária, fortalecendo a organização social, ambiental, produtiva e comercialização, de forma a prepará-los para emancipação dos assentamentos.

6. Fazer frente ao governo federal e estadual (INCRA E CDA) para que estes possam estar disponibilizando recursos para regularização fundiária, vinculadas a ATER.

7. Garantir no serviço de ATER o enfoque nas questões ambientais, incluindo o CAR-CEFIR, posteriormente, o Programa de Regularização Ambiental (PRA) para o reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), principalmente das áreas de pastagens.

8. Acordo de Cooperação Técnica junto ao INCRA possibilitando o recadastro de Assentados, regularização junto a Relação de Beneficiários e o Sistema de Projetos da Reforma Agrária, facilitando as ações de ATER.

9. Contratação de Profissionais de ATER que compreendam as especificidades dos Assentados da Reforma Agrária, com apoio a viabilidade econômica, a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia nas áreas de assentamentos.

10. Contemplar mais Territórios com Chamadas Públicas de ATER direcionadas.

11. Aumento da oferta, efetiva do serviço de ATER aos assentamentos da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, público do garantia safra e fomentos nos territórios considerando a agroecologia como modelo de produção.

12. Serviços de ATER para fortalecer a organização e serviços de comercialização e a certificação participativa.

13. Garantir maior agilidade nas políticas públicas complementares a ATER, a exemplo da regularização fundiária, acesso à créditos para apoio à Agricultura Familiar, ampliação das DAP e garantia do Seguro SAFRA.

14. Assegurar ATER Setorial e continuada para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e famílias assentadas de Reforma Agrária, INCRA e PNCF.

EIXO 2	ATER e Relação de Políticas Públicas Complementares para o Fortalecimento e Efetividade Produtiva da Agricultura Familiar

1. Levar até as comunidades os conhecimentos práticos e teóricos dos programas de apoio do governo (PAA, PNAE, GS, PRONAF) e auxiliar no enquadramento das comunidades nos mesmos.

2. Programa de auxilio técnico na elaboração de estudos e projetos voltados as comunidades rurais visando o aumento efetivo da produção agrícola regional.

3. Pensar em uma proposta de assistência técnica continuada para povos tradicionais de reforma agraria.

4. Garantir o direito aos territórios com auto identificação, regularização fundiária e ambiental,

5. Implementação de sistema de produção através dos fomentos para mulheres nas áreas de reforma agrária e da agricultura familiar.

6. Contribuir através de ações integradas para o processo de regularização ambiental das áreas de reforma agraria e PCT.

7. Fortalecimento dos principais sistemas de produção agrícolas (Leite, mel, horticultura...), da industrialização e ATER de qualidade e continuada para a reforma agrária.

8. Promover Acordo de Cooperação Técnica que possibilite as entidades de ATER atuar na Regularização dos Assentados (as) da Reforma Agrária.

9. Buscar alternativas para emissão de DAP para filhos e filhas de assentados que constituirão família e vivem e produzem no lote de seus pais.

10. Realização de Feiras e Eventos da Reforma Agrária.

11. Agilizar a liberação dos créditos a que tem direitos os assentamentos do INCRA e Crédito Fundiário.

12. Instituir e fortalecer os núcleos territoriais da reforma agrária.

13. Promover encontros, seminários, fóruns de debate e discussões sobre a temática.

14. Criar, instituir e implementar os conselhos municipais de lutas pela reforma agrária.

15. Garantir maior agilidade nas políticas públicas complementares à ATER, a exemplo da regularização fundiária, acesso à créditos para apoio à Agricultura Familiar, ampliação das DAP e garantia do Seguro SAFRA.

16. Capacitação de técnico extensionista com perfil de educador e intervenção integral.

17. Implementar minicursos formativos e qualitativos nos diversos segmentos dos assentamentos de Reforma Agrária e mais precisamente de jovens e mulheres na economia criativa e solidária.

18. Fomentar políticas públicas de estímulo à produção primária considerando as cadeias produtivas identificadas nos diversos assentamentos.

19. Fomentar políticas públicas de estímulo à logística e comercialização dos produtos de assentados (as) de Reforma Agrária.

20. Cursos e /ou treinamento para emissão de DAP, Garantia Safra, CEFIR/CAR, Outorga de água, e Licenciamento Ambiental, Crédito Rural, Regularização Fundiária Rural, dentre outras demandas que sejam recorrentes nas Secretarias do Estado

EIXO 3	Agroecologia, Ambiente e Alimentos Saudáveis

1. Incentivar o plantio consorciado integração-lavoura-pecuária-floresta (ILPF) ou consorciado entre hortifruti-florestas, com orientações alternativas de controle biológico de pragas e doenças, e elaborar projetos para o reaproveitamento da matéria orgânica - como os resíduos sólidos e esgoto na zona rural e urbana.

2. Promover assistência técnica específica voltada para o uso racional da água, com projetos de sistema de reaproveitamento e conservação e analise de solo, com prestação de serviço continuado e específico por produção.

3. Garantir uma política pública voltada para a Reforma Agrária, com a compra de terras para quem não tem, e disponibilizar métodos de regularização fundiária, possibilitando o acesso a documentos de terra (título de terra).

4. Incentivar e promover iniciativas de desenvolvimento sustentável, que venham estimular e ampliar a preservação das reservas legais e unidades de conservação que contribuam no aprimoramento destas ações.

5. Implantar projeto de banco de sementes crioulas nativas em todo o estado da Bahia.

6. Assessoria Técnica específica para as comunidades tradicionais com enfoque nas questões étnicos raciais.

7. ATER voltada a recuperação de nascentes, aguadas e áreas degradadas nos assentamentos, bem como implantação de CEFIR nos lotes.

8. Agricultura em Transição e Promoção de Feiras e Eventos.

9. Defesa e ampliação de recursos para o crédito priorizando sem terra, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, marisqueiros, pescadores, juventude, cooperativas, associação.

10. Fomentar e fortalecer o organismo participativo de avaliação da conformidade orgânica do território Costa do Descobrimento do núcleo Monte Paschoal e rede Povos da Mata.

11. Fomentar e fortalecer a oferta de crédito PRONAF e outras modalidades que apoiam a produção de alimentos saudáveis e sustentabilidade ambiental.

12. Garantia safra e fomento nos territórios considerando a agroecologia como modelo de produção.

13. Destinação de recursos para aquisição de usina solar fotovoltaico através de associações e cooperativas para irrigação de projetos produtivos coletivos e abastecimento humano das comunidades rurais, em especial no território Bacia do Rio Corrente.

14. Possibilitar capacitação aos produtores e agricultores para manejo e escoamento dos produtos da extração vegetal.

15. Implantação de propriedades modelo para as cadeias produtivas.

16. Garantir a contratação, valorização e capacitação de técnicos em agroecologia para ATER continuada na agricultura familiar e reforma agrária.